

A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

Tiago Felipe de Oliveira Alves – Fernanda Gláucia da Silva Diniz
tiago.alves@ifb.edu.br –fernanda0glauucia@gmail.com
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Estrutural – Brasil

Núcleo temático: Aspectos Sócio Culturais da Educação Matemáticas

Modalidade: CB

Nível educativo: Nível educativo médio (12 a 15 anos)

Palavras chave: Consumo, Educação Financeira, Matemática

Resumo

A Pesquisa de Orçamento Familiar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE analisou os hábitos de consumo relacionados a despesas efetuadas das famílias brasileiras e identificou que 75,2% gastam mais do que seu rendimento e apenas 3% são gastos com educação. O indivíduo nem sempre consome o que deseja, os gastos com consumo variam conforme o nível econômico das classes, se aumenta a renda das famílias aumenta também o poder de compra acompanhado de mais responsabilidades. A renda familiar tem sido destinada ao consumo, isso torna a taxa de poupança demasiadamente baixa, diminuindo a capacidade de investimento no país. Com o aumento do consumo e a falta de planejamento dos gastos a longo prazo, foi necessária a implementação da educação financeira nas escolas. Essa política de Estado tem o objetivo de definir planos, programas e ações e propõe uma estratégia nacional de educação financeira gratuita e incentivada o planejamento financeiro nos jovens. Sendo assim, facilita a tomada de decisão de como gastar seu dinheiro de forma consciente e planejada tendo noção dos riscos, com o intuito de propor mudança em relação aos hábitos de consumo, tornando os jovens ativos e multiplicadores da educação financeira. Em relação a educação financeira incluída na matemática, a escola é o espaço ideal para promover a formação do cidadão crítico, desenvolve a capacidade de interpretar a realidade e aplicar seu conhecimento matemáticos na vida prática para resolução de problemas cotidianos. Disponibiliza ao aluno a capacidade de administrar sua vida para tomada de decisões conscientes quando for agir como consumidor.

Introdução

Conforme os dados estatísticos do IBGE foram analisados a situação financeira dos brasileiros e verificou-se que mais de 70% das famílias brasileiras consomem mais do que seu rendimento. Após esse diagnóstico foi instituído o Decreto nº 7.397/10 com o objetivo de propor estratégias nacionais de educação financeira gratuita e incentivar o planejamento financeiro nos jovens.

A educação financeira deve e pode ser enfatizada nas escolas, pois toda criança e adolescente um dia se tornará adulto, cidadão trabalhador, dispondo de alguma renda, e

suas escolhas impactam na sua vida e também na vida econômica da sociedade. Estimula jovens e adultos a interpretar a economia e o mercado WINOGRAD (2009), promove mudança de hábitos quanto as decisões individuais e familiares relacionadas a seus recursos para uma tomada de decisão adequada, consciente e planejada.

A ENEF apontou para uma necessidade de reorganização curricular, a temática incluída na Matemática possibilita ao educador novas estratégias para o processo de ensino e aprendizagem. Produzir reflexões geram debates na sala de aula, propõe ao aluno solucionar problemas do seu cotidiano, deixando de ser apenas um mero ouvinte “passivo” e se torna ativo, isso contribuirá para o seu aprendizado promovendo uma visão ampla e plural de seus recursos financeiros, o que o auxilia na tomada de decisão de como gastar o seu dinheiro sem mergulhar-se em dívidas. É importante ressaltar que a educação financeira, orientada ou intuitiva, é uma prática social cotidiana. No entanto, a maioria das pessoas desconhecem que a educação financeira pode ser melhorada por meio de técnicas e estratégias próprias.

Tendo em vista o exposto, o objetivo geral deste trabalho é mostrar a necessidade de inserir a educação financeira nas escolas. Se essa temática for integrada a outras áreas de conhecimentos, possibilita ao jovem estudante a formação necessária para que possa fazer escolha financeiras conscientes e sustentáveis tanto para vida pessoal quanto para o país.

Referencial Teórico

Um diagnóstico da situação financeira dos brasileiros

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008/2009), a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, que investiga os domicílios, famílias e pessoas, hábitos de consumo relacionados às despesas efetuadas e possibilita definir um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos – verificou-se que 75,2% das famílias brasileiras chegam ao fim do mês sem rendimento e 24,8% declaram ter facilidade em fechar as contas, ou seja, as despesas mensais dos brasileiros superam seus rendimentos.

De acordo com a POF (IBGE, 2008/2009), a despesa total inclui todas as despesas de consumo familiar, tais como: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo,

serviços pessoais e despesas diversas. De acordo com a tabela 01, observamos que as despesas com alimentação, habitação e transporte corresponde a 75,3% das despesas de consumo das famílias brasileiras.

Tabela 01 – Despesa de Consumo Familiar

Total	Tipos de despesa										
	Alimen- tação	Habi- tação	Vestu- ário	Trans- porte	Higiene e cuida- dos pes- soais	Assis- tência a saúde	Educa- ção	Recre- ação e cultura	Fumo	Ser- viços pes- soais	Des- pesas diver- sas
100,0	19,8	35,9	5,5	19,6	2,4	7,2	3,0	2,0	0,5	1,1	2,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

A estimativa da despesa total média mensal familiar no Brasil foi de R\$ 2.626,31. Deste total, verifica-se que as despesas correntes que inclui (despesa de consumo e outras despesas correntes) representa 92,1% e as despesas de consumo 81,3% e 10,9% referentes a outras despesas correntes, que inclui os impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras despesas correntes (IBGE, 2008-2009).

Conforme os dados do IBGE a POF – 2008/2009 constatou que 51,8% das famílias brasileiras afirmam que os alimentos consumidos nem sempre era do tipo preferido. Dos pesquisados 64,5% afirmam que a quantidade de alimentos é suficiente, enquanto 35,5% informam que a quantidade de alimentos era insuficiente. As famílias com a renda mensal de até R\$ 830,00, 34,5% declaram ter muita dificuldade em pagar as contas, as famílias com renda mensal de até R\$10.375,00 apenas 3,5% tem muita dificuldade em pagar as contas. É possível perceber que as famílias com o rendimento familiar menor tem mais dificuldades com alimentação e fechar as contas.

O consumo e a necessidade de uma educação financeira

Consumo é a atividade econômica cuja o ato de consumir consiste na aquisição de bens ou serviços, ou seja, gastar seja com despesa fixa ou variável para satisfazer determinadas necessidades do indivíduo ou grupo (KOTLER,1999).

O indivíduo nem sempre tem a liberdade para consumir o que deseja, a sociedade e sua estrutura social que a compõe delimita o consumo de todos. Segundo Bourdieu 1983 o *habitus*, define os estilos de vida das classes sociais, sendo assim, os gastos como as necessidades variam conforme o nível econômico dessas classes.

Enquanto as classes mais baixas têm como estilo de vida a realização das necessidades básicas do mundo, as classes mais abastadas, que possuem melhores condições de satisfazer essas prioridades, buscam necessidades que, para os menos favorecidos, são luxos irrealizáveis. Esses luxos são objetos de conforto que se tornam necessidade. As práticas realizadas nessas condições se constituem “numa experiência liberada da urgência e na prática de atividades que tenham nelas mesmas sua finalidade” (BOURDIEU, 1983, p. 87).

O consumo pode causar impactos positivos e negativos na economia, nas relações sociais, no meio ambiente e no indivíduo. Ter consciência na hora de consumir, ou seja, na hora de comprar, pode aumentar ou reduzir esses impactos. O consumo consciente é o ato de adquirir e usar bens de consumo, alimentos e recursos naturais de forma que não exceda as necessidades. (SUA PESQUISA, 2016).

O consumo não consciente e o descontrole de gasto pode levar o indivíduo ao endividamento. O filme “Os Delírios de Consumo de Becky Bloom” relata a história de uma garota que é viciada em fazer compras, com doze cartões de créditos estourados. Seu salário nunca é o suficiente para pagar as contas, a sensação de comprar pra ela é um alívio e seu desejo de consumir compulsivamente leva a falência.

Segundo Baudrillard, a felicidade, ou busca dela, é o que gera as sociedades de consumo. O ser humano, apesar de ter o poder de criar seus utensílios, inconscientemente tornou-se totalmente dependente e dominado por eles, numa sociedade em que as pessoas são consideradas "dignas" pelo que possuem.

A pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2008 com o objetivo de avaliar o grau de educação financeira da população brasileira, com diferentes temas relacionados, como orçamento doméstico, hábitos de consumo, e de poupança verificou que 36% dos pesquisados declaram ter perfil de tipos gastador, 54% não honraram suas dívidas pelo menos uma vez na vida, e apenas 31% poupam para aposentadoria. Essa situação, que

preocupa milhões de brasileiros, diminui a capacidade de investimento do país, afetando negativamente seu desenvolvimento (Plano Diretor ENEF, 2008, p,56).

[...] educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos nele envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consciente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BRASIL, 2011b, p. 57-58).

Fica instituída pelo Decreto nº 7.397/2010 (BRASIL, 2016) a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Conta com a contribuição do Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF, e seu grupo de apoio representados pelos seguintes órgãos: Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Educação financeira incluída na matemática

A Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também conhecida como Lei *Darcy Ribeiro*, traz as diretrizes gerais da educação escolar brasileira, seja ela em instituições pública ou privada. E relata que o princípios e fins da educação conforme o Art. 2º é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Devido ao aumento de consumo e à falta de planejamento dos gastos a longo prazo das famílias brasileira, foi necessário a implementação da educação financeira nas escolas. Essa decisão fortalece o conhecimento financeiro dos jovens e facilitar a tomada de decisão de como gastar seu dinheiro de forma consciente e planejada tendo noção dos riscos, ou seja, através da educação financeira pode-se propor mudança em relação aos hábitos de

consumo, os jovens se torna ativo e multiplicador da educação financeira, pois tal conhecimento pode ser transmitido para seus pais ou filhos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1998) as instituições podem montar sua proposta pedagógica e adaptar os conteúdos à realidade social conforme sua localidade e o cotidiano escolar, para que suas práticas pedagógicas sejam de qualidade. A PCN do Ensino médio na área de matemática propõe que:

Em um mundo onde as necessidades sociais, culturais e profissionais ganham novos contornos, todas as áreas requerem alguma competência em Matemática e a possibilidade de compreender conceitos e procedimentos matemáticos é necessária tanto para tirar conclusões e fazer argumentações, quanto para o cidadão agir como consumidor prudente ou tomar decisões em sua vida pessoal e profissional (PCN, 1998, p.40).

O conteúdo do material didático produzido CONEF, elaborado por especialistas em educação, psicologia e sociologia, abrangeu nove temas diferentes: vida familiar cotidiana, vida social, grandes projetos, bens pessoais, trabalho, empreendedorismo, bens públicos, economia do país e economia do mundo. Esses temas trabalhando em conjunto com conceitos matemáticos promove a formação do cidadão crítico, desenvolvendo capacidades de interpretar a realidade e aplicar seu conhecimento na vida prática para resolução de problemas do cotidiano e no entendimento contextos sociais, culturais e econômico.

Segundo a Secretária de Educação do Distrito Federal (2016), a matriz curricular do ensino médio de matemática do primeiro ano propõe capacitar os estudantes analisar a informação criticamente. Os conteúdos abordados como noções de matemática financeira: Razão, proporção, porcentagem; Juros simples e composto; Descontos; taxas e financiamentos. Proporciona conjuntos de saberes que possibilitam a interpretação temas como orçamento, planejamento, taxas bancárias e custos e acabaram ajudando o planejamento orçamentário familiar de gastos e poupança tanto do estudante quanto dos pais.

O Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2016) apoia a inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica. Esse tema foi sugerido para compor a Base Nacional Comum Curricular -BNCC.

O Tema Especial economia, educação financeira e sustentabilidade contribui para que a escola assuma a responsabilidade de formar cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de relações mais sustentáveis dos sujeitos entre si e com o planeta (BNCC, 2016, p. 47).

O ensino de educação financeira nas escolas pode ajudar o país a aumentar a poupança interna e a combater a inflação. É o que avaliam pesquisadores do Banco Mundial (BIRD, 2016) resultados preliminares de um projeto desenvolvido no ano de 2014 em 450 escolas estaduais do Ceará, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Tocantins e do Distrito Federal.

Metodologia da Pesquisa

Neste capítulo, são apresentadas algumas considerações a respeito da metodologia realizada no artigo. Segundo Severino (2007), há várias modalidades de pesquisa que se podem praticar. Os métodos e técnicas utilizadas, para o seu adequado desenvolvimento nesta pesquisa foi qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental.

Pesquisa qualitativa pois está relacionada no levantamento de dados sobre a motivação de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população. É de maneira explicativa, pois, teve o principal objetivo registrar fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Também se usou a pesquisa metodológica, é o estudo que se refere a instrumentos de captação ou de manipulação da realidade, está associada as formas e modelos para atingir um determinado fim.

A pesquisa foi bibliográfica, pois, desenvolveram-se com base em livros, dissertações e artigos científicos onde o uso de material acessível ao público em geral, embora estes sejam apresentados de forma agregada. E documental, tendo como fonte documentos como ENEF, IPEA, LDB, BNCC, IBGE, POF, CONEF e PCNs a partir do qual auxiliaram a desenvolver a investigação e análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao aumento do consumo e a falta de planejamento dos gastos a longo prazo das famílias, foi necessário a implementação da educação financeira nas escolas como finalidade promover a educação financeira no país

Essa interdisciplinaridade entre a educação financeira e a matemática, essa relação entre teoria e prática no próprio processo de ensino e aprendizagem, incentiva o aluno a construir competências para enfrentar os desafios sociais e econômicos, contribui para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento. Com as competências adquiridas de educação financeira o aluno se torna multiplicado deste conhecimento e transmite para seus familiares para ajudá-los a colocar suas contas em dia e realizar seus sonhos.

Os documentos que compõem a grade curricular o PCN, as instituições de ensino podem montar sua proposta pedagógica e adaptar os conteúdos a realidade social conforme sua localidade e cotidiano escolar. O professor pode usar como fonte de recurso e qualificação o material didático disponível no portal do MEC em <http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/>. No site Vida e Dinheiro há ferramentas de educação financeira, dicas, teste vídeos, simulados, e muitas outras aplicações que vão ajudar a gerir melhor o dinheiro e planejar o futuro.

Para dar continuidade desta pesquisa pretende-se aplicar questionário na escola e demonstrar como utilizar conhecimento e técnicas de educação financeira na matemática financeira para tomada de decisões inteligente quando for consumir.

Referências Ordem

BAUDRILLARD, J (2007). *A Sociedade de Consumo* - 2ª Ed. Portugal: EDIÇÕES 70 – BRASIL.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BCB (2010). Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Consultado: 25/08/2016.

BOURDIEU, P. (1983). *Gostos de classe e estilos de vida*. Em: ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *LDB*. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL (2010). Estratégia Nacional de Educação Financeira. ENEF. Decreto 7.397 de 22 dezembro de 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Consultado: 25/08/2016.

CONEF (2013). *Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do aluno*. Brasília: CONEF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (2009). Pesquisa de Orçamentos Familiares: Despesa, Rendimento e Condições de Vida, 2008-2009. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45130.pdf>. Consultado: 02/10/2016.

KOTLER, P (2000). *Administração de marketing*. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Proposta Preliminar 2016. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc.versao.revista.pdf>. Consultado: 12/10/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Parâmetros curriculares nacionais 1998. PCN. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>. Consultado: 12/10/2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Médio. <https://issuu.com/sedf/docs/5-ensino-medio>. Consultado: 11/10/2016.

SEVERIANO, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez. SUA PESQUISA.COM. Consumo Consciente. http://www.suapesquisa.com/economia/consumo_consciente.htm. Consultado: 02/10/2016.

WINOGRAD, A. (2009). *Alfabetização Financeira: tudo o que você deve saber sobre finanças pessoais para melhorar sua vida econômico-financeira*. São Paulo: Novatec.

VIDA E DINHEIRO. Plano Diretor ENEF. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>. Consultado: 03/10/2016.